



1/30/17  
J

-----Mandato 2013/2017 -----  
-----Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----  
-----Ata Número Dez -----

Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e catorze reuniu na sala um das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo segundo e vigésimo terceiro do Regimento deste órgão, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Esteve ainda presente, nos termos do número dois do artigo vigésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista.-----

---Às onze horas e dez minutos, a Senhora Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Proposta de deliberação sobre a Colina de Santana; -----
2. Proposta sobre a Assembleia Distrital de Lisboa;-----
3. Proposta de Debate Temático sobre Sistema de Transportes em Lisboa;-----
4. Outros assuntos.-----

---**A Presidente** informou que o 1.º Secretário da Mesa, Deputado Municipal José Maximiano Leitão, lhe havia comunicado por escrito que não poderia, por motivos de força maior, estar presente na reunião da Conferência de Representantes que estava naquele momento a iniciar, e que se faria representar pela sua assessora, Dra. Romualda Fernandes.-----

---Informou que antes de entrar na apreciação da ordem de trabalhos gostaria de se pronunciar sobre duas matérias extra-agenda, ainda que uma delas estivesse relacionada com o ponto dois da ordem de trabalhos.-----

---Começou por pedir que fosse distribuída a Proposta de Lei relativa às assembleias distritais que o Governo iria submeter à consideração da Assembleia da República (doc. n.º 1).-----

---Recordou que na reunião anterior tinha sido distribuída a Proposta n.º 4/AM/2014 (doc. n.º 2) através da qual a Mesa propunha, entre outros procedimentos, solicitar ao Governo e à Assembleia da República que diligenciassem no sentido de ser alterada a legislação sobre as assembleias distritais, mas que, tal como se poderia constatar, o Governo já estava a tratar do assunto.-----

---Acrescentou que por essa razão deveriam considerar a proposta da Mesa em *stand by*, ficando a aguardar o que iria resultar da iniciativa do Governo.-----

---Sublinhou que o Governo aprovara o texto de uma proposta de lei com um novo regime jurídico das assembleias distritais, a qual previa a redução de quadros, mas nada dizia relativamente à situação dos salários em atraso, situação essa que importava solucionar.-----

---Justificou que não anexara a Recomendação que sobre aquela matéria tinha sido apresentada pelo Grupo Municipal do PEV cerca de um ano antes, conforme havia sido solicitado pela Deputada Municipal Cláudia Madeira na reunião anterior, em virtude da mesma ter sido rejeitada à data da sua votação.-----

---Observou que o referido partido, uma vez que tinha assento parlamentar, teria oportunidade de discutir aquele assunto na Assembleia da República.-----

---Informou, quanto à segunda questão que não constava da ordem de trabalhos, que havia recebido um ofício do Vereador Carlos Castro (doc. n.º 3) no qual era feita referência à composição do Conselho Municipal de Segurança, definida no Regulamento do Conselho

New  
S



Municipal de Segurança de Lisboa (doc. n.º 4) que incluía a Presidente da Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta em número a indicar pela Assembleia Municipal e um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, e no qual era solicitada a indicação dos Presidentes de Junta e dos referidos cidadãos de reconhecida idoneidade que iriam integrar aquela estrutura.-----

---Salientou que seria necessário analisar o que a Lei estabelecia sobre o processo de escolha de cidadãos com idoneidade, admitindo que o Conselho de Segurança pudesse ter alguma sugestão.--

---Referiu que havia pessoas que tinham funções no referido Conselho, por inerência, dando o exemplo do Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, do Comandante da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa e do Comandante da Polícia Municipal.-----

---Solicitou ao Dr. Pedro Pinto, o qual se encontrava presente, que perguntasse ao Vereador Carlos Castro se tinha alguma sugestão a fazer naquela matéria.-----

---Seguidamente, entrou na apreciação da Ordem de Trabalhos, começando por sugerir que comesçassem pelos pontos três e quatro, e só depois na apreciação do ponto um, o que foi aceite pelos presentes, lembrando que a apreciação do ponto dois se encontrava prejudicada com o que antes havia sido dito sobre a Proposta do Governo relativamente às assembleias distritais.-----

### **Ponto 3 : Proposta de Debate Temático sobre Sistema de Transportes em Lisboa**-----

---**A Presidente** mencionou a Proposta de Debate Temático sobre Sistema de Transportes em Lisboa (doc. n.º 5), apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, e perguntou aos restantes membros da Conferência se pretendiam tomar alguma decisão naquele momento ou se preferiam que a Mesa trabalhasse um pouco sobre aquele assunto.-----

---Leu o ponto oito do referido documento no qual se propunha a realização de um debate temático sobre o sistema de transportes em Lisboa, tendo em conta os considerandos constantes dos pontos anteriores.-----

---Observou que a realização do debate em mais de quatro sessões poderia fazer com que o mesmo perdesse algum do seu efeito útil, pelo que sugeria a realização de três sessões, sendo que deveria ser aproveitado para o efeito o segundo trimestre do ano em curso.-----

---**O Deputado Municipal Miguel Graça** disse estar completamente de acordo com a realização do debate, e informou que a 8.ª Comissão estava a pensar em três sessões, concluindo que poderiam aguardar que a mesma definisse e apresentasse um formato para a realização do mesmo.-----

---**A Deputada Municipal Cláudia Madeira** referiu que também tinha a ideia de que a Comissão defendia a realização de três sessões.-----

---**A Presidente** concordou com a sugestão de se aguardar que a 8.ª Comissão apresentasse um formato, em que se definisse, entre outros, o número de sessões e os dias das mesmas.-----

---**O Deputado Municipal Ricardo Robles** disse que tinha uma sugestão a fazer naquela matéria, mas que alertava, logo à partida, que a respetiva execução implicaria alguns custos, o que poderia levar a Assembleia Municipal a recusá-la. Referiu que seria muito enriquecedor poderem beneficiar do relato de experiências de outras cidades, convidando-as a estarem presentes no debate, e concluiu que seria muito vantajoso que se pudessem contrapor diferentes modelos de operação.-----

---**A Presidente** solicitou aos membros da Conferência que pertenciam à 8.ª Comissão que transmitissem aos restantes elementos da Comissão a sugestão que acabara de ser feita.-----

---Sublinhou que poderiam ser três convidados, caso se pretendesse uma troca de experiências apenas a nível europeu.-----



Handwritten signature or initials in the top right corner.

---A 2.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, Deputada Municipal Margarida Saavedra, fez referência ao Instituto Superior Técnico dizendo que o mesmo tinha alguma experiência naquele tipo de iniciativas, desde logo, em resultado de algumas parcerias estabelecidas com entidades estrangeiras, dando o exemplo de um protocolo estabelecido com o MIT, Massachusetts Institute of Technology.-----

---Acrescentou que poderiam beneficiar da circunstância do Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva ser professor no Instituto Superior Técnico.-----

#### **Ponto 4: Outros assuntos** -----

---A Presidente frisou que a Proposta do novo Regimento encurtava o prazo de entrega de perguntas à Câmara, estipulando o prazo de oito dias em vez dos vinte dias fixados no Regimento que ainda se encontrava em vigor.-----

---Informou que apenas o Grupo Municipal do CDS-PP havia apresentado os temas sobre os quais pretendia fazer perguntas à Câmara Municipal.-----

---Sugeriu que se implementasse a regra dos oito dias naquele momento, em sede de Conferência de Representantes.-----

---O Deputado Municipal Sérgio Azevedo observou que essa regra seria aprovada no dia seguinte.-----

---A Presidente retorquiu, dizendo que poderia ser aprovada, ou não, e que apenas gostaria de ter a segurança, naquele momento, de que a proposta seria aprovada no dia seguinte.-----

---O Deputado Municipal Carlos Silva Santos referiu que a Assembleia Municipal deveria “viver” com o regimento que estava em vigor, e que não obstante o referido Órgão ter funcionado durante cerca de três meses em processo de adaptação, naquele caso concreto, entendia que a decisão só deveria ser tomada no dia seguinte, e, em sede de Plenário.-----

---A Presidente frisou que a não aprovação do regimento no dia seguinte implicaria a alteração do calendário da sessão de perguntas à Câmara Municipal, mas que, havendo falta de consenso quanto ao momento da decisão, a mesma deveria ser tomada apenas no dia seguinte. -----

---Seguidamente, transmitiu que a 3.<sup>a</sup> Comissão havia suscitado algumas questões relacionadas com a capacidade antissísmica dos edifícios municipais e fez referência à ficha ITE municipal, ficha relativa à Inspeção Técnica dos Edifícios do Património Habitacional Municipal, sublinhando que deveria ser feita uma inspeção caso a caso, com o consequente preenchimento da ficha ITE.-----

---Salientou que a ITE Municipal estava prevista no Documento Lx - Europa 2020, no qual era feita referência ao Programa de reabilitação de edifícios direcionado para a melhoria da resistência sísmica, e que, a propósito, era levantada a necessidade de se proceder à caracterização do nível de estado de conservação da totalidade do Património Municipal edificado criando-se um registo informático único da informação recolhida.-----

---Sugeriu que se promovesse a realização de um *workshop* para o qual fossem convidados a equipa da Câmara que estava a trabalhar sobre aquele assunto, os Vereadores que tinham competências naquela área, e, ainda, o Instituto Superior Técnico, parceiro do Município de Lisboa no processo de implementação da ficha ITE municipal.-----

---A 2.<sup>a</sup> Secretária disse que a realização do referido *workshop* só faria sentido se estivessem presentes técnicos do LNEC e do IST.-----

---Fez referência ao Professor de Engenharia Civil, Mário Lopes, do Instituto Superior Técnico, sublinhando que o mesmo defendia o reforço antissísmico em obras de reconstrução urbana, concluindo que a sua participação no *workshop* seria da maior importância.-----

Novo  
X



---A **Presidente**, seguidamente, observou que o Deputado Municipal Telmo Correia ainda não se encontrava presente, mas que teriam que entrar na discussão da proposta de deliberação sobre a Colina de Santana, tendo sido informada que se encontrava presente um dos seus assessores.---  
**Ponto 1: Proposta de deliberação sobre a Colina de Santana**, com base no documento 5 apresentado na reunião de dez de março da Conferência de Representantes e que se anexa de novo a esta ata.-----

---A **Presidente** referiu que iria dar a palavra aos membros da Conferência para que os mesmos se pudessem pronunciar sobre a proposta da Mesa da Assembleia relativamente à Colina de Santana.-----

---O **Deputado Municipal Carlos Silva Santos** começou por dizer que o PCP tinha uma proposta para apresentar; prosseguiu, sublinhando que não obstante valorizar a Proposta da Mesa, entendia que a mesma não tratava de uma forma clara a questão da utilização a dar aos terrenos dos hospitais, mais precisamente, não dizia, claramente, se nesses terrenos iriam ou não funcionar hospitais.-----

---Explicitou que a proposta do PCP previa, desde logo, a iniciação do processo de reversão dos terrenos dos Hospitais à propriedade pública e a revogação do negócio com a Estamo, e ainda, a requalificação de todos os edifícios da Colina de Santana que necessitassem de intervenção ou recuperação.-----

---Disse concordar com a Proposta da Mesa em tudo o que ela contribuía para valorizar a Zona, mas frisou que a mesma pouco ou nada dizia sobre o destino a dar ao património, designadamente, o da Saúde, o cultural e o habitacional, existente na Colina de Santana.-----

---Salientou que o tema da Saúde era, sem dúvida, o que mais preocupava o PCP.-----

---Frisou que havia boas soluções para o Hospital Miguel Bombarda, o qual já se encontrava desativado naquele momento, nomeadamente a de criação no espaço em que aquele se encontrava de um Museu de Arte *Outsider*.-----

---Lamentou que o Município de Lisboa fosse o único a não ter o pelouro da Saúde.-----

---A **Presidente** lembrou que no âmbito da intervenção social do Município existia a componente Saúde e que a Rede Social consagrava o tema Saúde nos direitos sociais.-----

---Sublinhou que as propostas apresentadas que não fossem compatíveis entre si seriam submetidas à votação do Plenário.-----

---O **Deputado Municipal Miguel Santos** transmitiu que a Proposta da Mesa ia de encontro às suas preocupações e que a proposta do PAN era uma síntese das que tinham sido apresentadas.-----

---Observou que as três unidades hospitalares “vivas” da Colina de Santana que estavam em discussão eram os Hospitais de S. José, Santa Marta e Capuchos e defendeu que a síntese do que era feito nos três hospitais poderia ser feita através do Hospital de S. José.-----

---A **Presidente** disse que os relatores deveriam ser associados aos trabalhos da Conferência de Representantes.-----

---O **Deputado Municipal Ricardo Robles** disse concordar com a reversão dos terrenos para a propriedade pública, frisando que esse seria um bom caminho, mas sublinhou que esse procedimento não era garantia fiel de que o património que neles se encontrava iria ser salvaguardado.-----

---Referiu que o primeiro ponto do “Projecto de Deliberação” da Mesa deveria tratar da questão que era tratada no ponto 1.2, uma vez que o Debate promovido pela Assembleia Municipal tivera



Handwritten signature or initials in the top right corner.

como mote e discussão central os PIPs apresentados para os loteamentos da Colina de Santana.--  
----Defendeu que a elaboração de um Plano de Urbanização e de Planos de Pormenor para a Colina de Santana seria um procedimento mais adequado porque implicaria uma maior participação da população.-----  
----Afirmou que se deveria avaliar a habitação acessível nas áreas a construir ou a reabilitar mais de um ponto de vista quantitativo.-----  
----Salientou que garantir que mais nenhum hospital da Colina de Santana encerraria sem que estivesse construído e a funcionar o prometido novo Hospital em Marvila era uma medida muito importante.-----  
----Assinalou a ausência de um plano sobre o que iria ficar e desaparecer na Colina de Santana.-----  
----Manifestou concordância quanto ao que era dito na Proposta da Mesa relativamente à vertente cultural.-----  
----Sugeriu que se adicionasse um novo ponto relacionado com a questão da participação, e sublinhou que não se recordava de ver tanta gente a pronunciar-se sobre qualquer outro tema na Cidade de Lisboa.-----  
----Disse que seria importante perceber até onde poderia essa participação concretizar-se e salientou que poderiam resultar grandes benefícios de um planeamento participado.-----  
----Sugeriu que fosse feito um calendário tendo em vista a implementação de um Planeamento Participativo e uma decisão participada que juntasse toda a massa crítica disponível, designadamente associações de moradores, comerciantes, trabalhadores, arquitetos conhecidos ou jovens estudantes de arquitetura, e todos os interessados no futuro daquela área.-----  
----**A Presidente** fez referência ao ponto 1.3 da Proposta da Mesa, mais precisamente à sugestão de criação de um Gabinete para a Colina de Santana, seguindo o modelo de um GABIP, frisando que se tratava de estruturas que tinham experiência no tipo de questões levantadas relativamente à Colina de Santana.-----  
----Lembrou que a Assembleia não tinha aquele tipo de equipas, pelo que entendia que a mesma deveria convidar as freguesias de Arroios e de Santo António, de forma a passar-lhes a informação do que estava a ser feito.-----  
----**O Deputado Municipal Miguel Santos** perguntou em que medida e de que forma é que estava a ser pensada a participação da Assembleia Municipal em todo aquele processo.-----  
----Invocou a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para dizer que à luz das suas normas lhe fazia sentido que a Assembleia Municipal pudesse, em conjunto com a Câmara Municipal, proceder à celebração de alguns contratos com entidades públicas e privadas.-----  
----Sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho com todos os parceiros interessados, de forma a que o objetivo previsto no ponto 3.1 da Proposta apresentada pela Mesa pudesse ser alcançado.-----  
----Frisou que deveriam ser mais precisos quanto à questão da instalação de um museu de Arte *Outsider* no Hospital Miguel Bombarda e acrescentou que poderia mesmo ser criado nesse espaço um Museu da Saúde no qual pudesse ficar inserido o museu de Arte *Outsider* -----  
----Manifestou a sua concordância relativamente à reversão para o Estado dos terrenos onde se encontravam os hospitais.-----  
----**O Deputado Municipal Miguel Graça** disse concordar, na generalidade, com a Proposta apresentada pela Mesa.-----  
----Referiu que era sensível à proposta de manter os hospitais em funcionamento até que estivesse construído e a funcionar o novo hospital.-----

Handwritten signature or initials in the top left corner.



---Disse considerar importante e um modelo de funcionamento adequado a ideia da “participação pública” defendida pelo Bloco de Esquerda, mas quando ligada a um GABIP.-----  
---Sugeriu relativamente ao ponto 6 da Proposta da Mesa que em vez de se deliberar a criação de uma Comissão de Acompanhamento fosse adotado um modelo mais ligeiro, designadamente um grupo de trabalho ou uma subcomissão dentro da Comissão de Urbanismo, a criar por deliberação do Plenário.-----  
---**A Presidente** afirmou que a questão da reversão dos terrenos teria que ser bem analisada; sublinhou que apesar dessa possibilidade lhe parecer boa, deveriam ter em conta que o Estado não carecia de licenciamento para fazer o que bem entendesse, enquanto que os privados estavam obrigados a submeter pedidos de licenciamento à Câmara Municipal e a aguardar a respetiva aprovação.-----  
---Sublinhou que a Proposta da Mesa incorporava a questão da não desativação dos hospitais.----  
---Referenciou o ponto 1.1 da referida Proposta da Mesa e sublinhou que só se deveria ir para um Plano de Urbanização ou de Pormenor se se quisesse alterar o PDM.-----  
---Assinalou que um PAT era uma espécie de parceria entre Estado, municípios e entidades privadas em que havia uma definição dos direitos e dos deveres das partes envolvidas considerando o interesse público, por um lado, e os interesses das entidades privadas e dos cidadãos duma determinada área territorial, por outro.-----  
---Acrescentou que um PAT implicava a existência de um compromisso formal entre as partes envolvidas que as obrigava a cumprir aquilo a que se comprometiam, e sublinhou que através dele poderiam “obrigar” o Ministério da Saúde a dizer o que pretendia fazer naquela área.-----  
---Frisou que o Plano de Urbanização e o Plano de Pormenor definiam critérios, mas não estabeleciam obrigações, a não ser para algumas entidades privadas, e apenas de forma isolada, ao invés do que acontecia com o PAT.-----  
---Sublinhou que uma das grandes virtualidades dos PAT residia na circunstância de serem instrumentos calendarizados, com definição de objetivos e especificação das operações a realizar dentro de certos prazos.-----  
---Sugeriu a leitura do “Guia dos Programas de Acção Territorial” que tinha entre os seus autores João Cabral.-----  
---**O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** considerou a Proposta apresentada pela Mesa uma boa base de trabalho, dizendo que a mesma incorporava muito do que resultara do Debate e focava na esmagadora maioria aspetos sobre os quais o Plenário se deveria pronunciar.-  
---Referiu que seria importante definir uma metodologia de trabalho, frisando que a reunião que estava a decorrer era para apresentação de ideias, e que se poderia fixar o dia vinte e um, sexta-feira, para apresentação de propostas escritas, e o dia vinte e quatro, segunda-feira, para, a partir dessas propostas, se proceder à elaboração da proposta final, da proposta consensual, a qual seria submetida à apreciação do Plenário na Sessão do dia vinte e cinco.-----  
---Salientou a liberdade de voto no PS naquela matéria e sublinhou que os próprios deputados do Partido Socialista teriam que consensualizar, dada a diversidade de posições quanto a algumas questões.-----  
---Manifestou concordância com algumas das propostas da Mesa, mas disse discordar de outras.-  
---Sublinhou que em relação à questão da reversão dos terrenos o Partido Socialista pensava exatamente o contrário do que ali havia sido dito por vários intervenientes.-----  
---Reputou mesmo de utópicas algumas das afirmações que haviam sido feitas uma vez que não estava a ver o Ministério da Saúde a desembolsar milhares de euros para pagar à Estamo.-----



*(over)*  
*JP*

- Acrescentou que atendendo às intervenções a que tinha assistido nas várias sessões do Debate, entendia que essa seria mesmo a pior solução.-----
- Referiu que em determinadas intervenções se havia dito que havia várias empresas que não precisavam de obter autorização para certas operações.-----
- Assinalou que no plano urbanístico a Câmara poderia ter uma intervenção importante, uma vez que a Estamo havia apresentado PIPs.-----
- Reconheceu, relativamente à questão dos hospitais, que no Partido Socialista havia quem concordasse que os mesmos se mantivessem em funcionamento e quem discordasse dessa situação, optando pela existência de um novo hospital.-----
- Afirmou que, no entanto, havia uma questão que considerava ser mais relevante e que gostaria de ver reforçada, não obstante ela já constar da Proposta da Mesa, que era a da calendarização do PAT, e, ainda, a do novo hospital.-----
- Invocou a necessidade de interligação entre o planeamento do projeto do novo hospital e a desativação dos hospitais existentes.-----
- Lamentou a forma como, por vezes, algumas pessoas se referiam a Marvila, concluindo que apesar da referida zona não se tratar de uma “Colina de Santana”, a decisão de ali criar um hospital consubstanciava uma forma de “fazer cidade”.-----
- Manifestou dúvidas quanto à redação do ponto 1.2 da Proposta da Mesa, precisando que falar em encerramento de PIPs e em emissão de pareceres desfavoráveis naquela situação não lhes parecia ser o melhor do ponto de vista jurídico, desde logo porque nada se dizia quanto ao que a Estamo, em consequência dessas decisões, deveria fazer.-----
- Disse que o que lhe parecia mais consensual em termos de debate era que se partisse do pressuposto de que os planos e os projetos apresentados “estavam em vigor”, e a partir dessa ideia, revê-los “em baixa”, em matéria de volumetria e de construção, e em termos de articulação com o PAT.-----
- Considerou ser mais adequado defender a ideia de que os projetos, tal como estavam, não poderiam ser executados, devendo, por essa razão, ser objeto de revisão e articulação com o PAT.-----
- Reforçou que deveria haver uma reformulação do conceito de intervenção, dos planos utilizados e dos projetos apresentados para a referida área, e que era essencial criar obrigações para todas as entidades envolvidas, procedendo-se, para o efeito, à elaboração de um cronograma.-----
- Defendeu a existência de uma unidade de cuidados continuados, acrescentando que se tratava de uma matéria em que se deveria recorrer à figura das parcerias públicas e público/privadas, dando o exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, identificando-a como eventual e importante parceiro naquela área, em particular, mas, também, em toda a área da saúde em geral.-----
- Manifestou dúvidas quanto à redação do ponto 3.1 da Proposta, explicando que não obstante considerar importante que se preservasse o espólio e o património cultural móvel daquela zona, concordava que se falasse em espaços museológicos, mas não em criação de museus, algo que considerava inviável, naquele momento, do ponto de vista financeiro.-----
- Frisou que seria importante e interessante concretizar o que era dito no ponto 5.1, o qual se referia aos equipamentos de proximidade previstos e necessários para a zona, designadamente em matéria de espaços verdes, concluindo que havia espaços privados que deveriam ser objeto de protocolos, tendo em vista a sua fruição pela população, e que havia espaços camarários que teriam que ser mais desenvolvidos.-----
- Defendeu a criação de um grupo de trabalho ao invés de uma comissão, justificando que no

Handwritten signature or initials in the top left corner.



caso da comissão seria mais difícil definir a respetiva composição, para além de que a existência de muitas comissões poderia contribuir para uma menor operacionalização.-----  
----**A Presidente** lembrou que até dia vinte e um deveriam apresentar as propostas escritas e que no dia vinte e quatro voltariam a reunir para trabalhar o documento final, conformando as várias soluções.-----  
----Sublinhou que o PAT era nos termos do artigo cento e vinte e um do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial um documento estratégico e que segundo a nova lei que definia o regime das autarquias locais, os documentos estratégicos careciam de aprovação da Assembleia Municipal.-----  
----Referiu, em relação às unidades de cuidados continuados, que a Assembleia deveria diligenciar no sentido de serem criadas condições para a sua existência, concluindo que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tinha responsabilidades nessa matéria.-----  
----**A 2.ª Secretária** frisou que não existia a figura da suspensão de pedidos de informação prévia, ou da suspensão de projetos, pelo que a Assembleia Municipal não poderia propor ou aceitar uma solução não contemplada na Lei.-----  
----Reiterou que legalmente não era viável suspenderem-se pedidos, projetos e decisões sobre os mesmos, assim como não era correto “congelarem-se” planos.-----  
----Disse que a Câmara tinha um prazo para dizer sim, ou dizer não, para deferir ou indeferir, frisando que o que não poderia fazer era suspender a decisão sobre os PIPs, concluindo que seria um descrédito total se a Assembleia propusesse uma prorrogação do prazo de decisão.-----  
----Observou que os projetos de loteamento contrariavam os planos em vigor e que nenhum deles tinha parecer favorável, dado que todos iam no sentido do indeferimento.-----  
----Perguntou como poderia a Câmara e a Assembleia sentirem-se confortáveis com uma situação que a lei não permitia.-----  
----Assinalou que a suspensão da decisão sobre os PIPs e sobre os projetos que a eles estavam ligados impedia o cumprimento de alguns prazos, designadamente prazos relacionados com implementação de estruturas, com realização de escrituras e outros.-----  
----Por último, salientou a necessidade de se perceber se os terrenos estavam preparados para receber as infraestruturas que eram sugeridas para o local e a necessidade de saber o que é que a Estamo estava a pensar fazer com os terrenos que havia adquirido ao Estado.-----  
----**A Presidente** lembrou que a Assembleia Municipal apenas iria fazer uma recomendação à Câmara e não dar-lhe uma ordem.-----  
----Observou que tinha havido pouca diligência da parte da Câmara, uma vez que tendo sido feito um debate em junho de dois mil e treze, não havia uma única informação dos serviços a fazer uma resenha, um relatório da situação, e, conseqüentemente, não havia um despacho formal de qualquer dirigente ou do executivo camarário, relativamente ao qual pudesse ser apresentada uma eventual reclamação ou um eventual recurso.-----  
----Referiu que, dessa forma, o processo poderia estar a decorrer indefinidamente, quando havia prazos de resposta, quando havia prazos para as entidades externas se pronunciarem, quando havia prazo para conclusão do processo.-----  
----Alertou para o efeito perverso que poderia resultar da medida que estava a ser proposta de não encerramento de mais nenhum hospital enquanto não fosse construído e estivesse a funcionar o novo hospital, uma vez que sendo o Hospital Miguel Bombarda o único que estava “morto”, era exatamente esse o único que poderia “avançar”, concluindo que com a vontade de se fazer bem poderiam estar a fazer mal.-----





*Handwritten signature or mark.*

---O **Deputado Municipal Sérgio Azevedo** começou por considerar a Proposta da Mesa interessante, designadamente a recomendação feita no sentido do lançamento de um PAT. Acrescentou que, no entanto, deveria ser feito um esclarecimento dos objetivos estratégicos que se pretendiam atingir com o referido instrumento, informando que o PSD iria apresentar uma proposta nesse sentido.-----

---Observou que a Mesa propunha um PAT, o qual iria obrigar a uma “suspensão” dos PIPs, o que, por sua vez, iria implicar um acordo entre a Câmara e a Estamo.-----

---Manifestou dúvidas quanto à figura da “suspensão” e quanto ao ponto 1.2 da Proposta. Frisou que havendo dúvidas e na falta de parecer esclarecedor, não sobravam muitas soluções.-----

---Sugeriu três soluções, sendo que a primeira passaria por haver um entendimento entre todos os partidos, o que seria muito difícil, quando havia divisões nos próprios partidos; uma segunda solução seria os partidos reservarem-se o direito de apresentar a sua posição, a mais consensual, sobre o assunto; como terceira solução sugeriu que a Assembleia Municipal não se pronunciasse sobre aquela questão, justificando que a Assembleia poderia ficar politicamente vinculada a uma decisão da Câmara, que até poderia não ser a melhor.-----

---A **Presidente** disse discordar em absoluto com a terceira solução, acrescentando que se sentiria até muito frustrada se, depois de tanto debate, a Assembleia nada dissesse sobre a referida questão.-----

---O **Deputado Municipal Miguel Santos** manifestou a sua concordância com o que havia sido dito pela 2.ª Secretária, mais precisamente com a necessidade de formalizar a rejeição dos PIPs.-----

---Referiu que o que estava em causa era desde logo o negócio com a Estamo, frisando que importava proceder à reversão do mesmo, com o regresso dos terrenos ao domínio público.-----

---Terminou, dizendo que a posição da Assembleia Municipal deveria espelhar a vontade coletiva.-----

---O **Vereador Duarte Cordeiro** começou por dizer que concordava com a metodologia de trabalho sugerida pelo Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, e, em particular, com a possibilidade de serem apresentadas propostas de melhoria até ao final da semana em que se encontravam.-----

---Observou que a Câmara já tinha enviado algumas propostas e que uma delas fora a de que a questão do PAT integrasse o ponto 1.1.-----

---Transmitiu que a Câmara discordava do ponto 1.2 da Proposta, uma vez que consideravam a recomendação que aí era feita extemporânea.-----

---Quanto à questão da “ilegalidade” da suspensão dos PIPs, e à circunstância de não haver despacho formal, disse que a Câmara poderia elaborar uma proposta para o efeito.-----

---Observou que a Câmara não teria que concordar com a Assembleia em relação a todos os assuntos e que já considerava como meritório que houvesse consensualização em noventa por cento das situações.-----

---Frisou que não entendia as preocupações que alguns deputados tinham manifestado, lembrando que não seria possível haver deferimento tácito de pedidos de informação prévia que contrariassem o Plano Diretor Municipal.-----

---Acrescentou que a Assembleia deveria assumir o PAT como seu porque, na realidade, era seu.

---Terminou, dizendo que a Câmara concordaria com o que tivesse concordar e discordaria com o que tivesse que discordar.-----

---O **Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** expressou algumas dúvidas relacionadas com os PIPs, começando por perguntar se não deveria ter sido feita uma comunicação à Estamo

New  
M  
J



a dar a conhecer as condições que teriam que se alteradas para que os pedidos pudessem ser aprovados.-----

---Questionou se a Câmara não teria obrigação de proferir um despacho com base nos pareceres desfavoráveis que os serviços camarários haviam elaborado.-----

---Perguntou se não deveria ser estabelecida uma dicotomia entre o decurso dos prazos e a possibilidade de poder haver deferimento tácito dos pedidos.-----

----**O Vereador Duarte Cordeiro** reiterou que não havia qualquer risco de deferimento tácito dos PIPs.-----

---Concluiu dizendo que a Câmara Municipal deveria tomar a decisão sobre os PIPs após o lançamento do PAT.-----

----**A Presidente** respondeu que o PAT ainda iria demorar muito tempo. -----

---Salientou que a Câmara não poderia tomar decisões sobre os PIP se não houvesse pareceres, e que naquele caso havia pareceres, mas não havia informação final com proposta de decisão, nem decisão formal.-----

----**O Vereador Duarte Cordeiro** afirmou não ser essa a razão pela qual a Câmara não concordava com o ponto 1.2 da Proposta da Mesa.-----

----**A 2.ª Secretária** salientou que o exercício do direito de reclamação ou de recurso, ou o ato de notificação exigia a existência de um despacho formal do Executivo da Câmara, o qual, efetivamente, não existia.-----

---Reiterou que a Assembleia Municipal não poderia fazer propostas à margem da Lei. Acrescentou que talvez o PAT permitisse à Estamo lançar outros projetos que à luz dos preceitos legais, então em vigor, não podia.-----

----**A Presidente** observou que o despacho desfavorável teria de explicitar os condicionamentos existentes no local à viabilização de determinada operação urbanística, atendendo aos instrumentos de gestão territorial existentes.-----

----**O Deputado Municipal Miguel Graça** frisou que, efetivamente, não havia a figura da suspensão e que os prazos para prestar a informação prévia solicitada já tinham decorrido, sem que tivesse havido uma resposta por parte da Câmara.-----

---Disse concordar com a existência de um PAT e observou que não sendo o mesmo um instrumento de gestão territorial, não havia obrigatoriedade de intervenção da Assembleia Municipal.-----

---Recordou que a Câmara só tinha duas formas de se pronunciar sobre um PIP, ou prestando uma informação favorável, ou prestando uma informação desfavorável; acrescentou que quando a informação era favorável conferia direitos ao requerente e era vinculativa para a Câmara e que quando era desfavorável, não era vinculativa, concluindo que um PIP favorável valia mais que um PIP desfavorável.-----

---Referiu que o ponto 1.2 da Proposta de Mesa deveria manter-se na ordem em que se encontrava e que a recomendação do lançamento de um Programa de Ação Territorial deveria anteceder, nessa ordem, a recomendação do “encerramento”, com parecer desfavorável, dos quatro PIPs.-----

----**O Deputado Municipal Ricardo Robles** salientou que o que transparecera do Debate promovido pela Assembleia Municipal era que havia discórdia relativamente aos PIPs apresentados para os loteamentos da Colina de Santana e não o que o Vereador Duarte Cordeiro havia referido.-----

---Reiterou que o Debate se havia lançado a partir dos PIPs e que era a partir dessa questão que resultava a posição da Assembleia Municipal.-----



---Disse considerar absurda a terceira alternativa apresentada pelo PSD, que consistia na ausência de tomada de posição da Assembleia em relação à questão dos PIPs, sublinhando que o corpo da deliberação da Assembleia deveria mesmo assentar sobre o referido assunto.-----

---O **Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo** manifestou total discordância do que tinha acabado de ser dito pelo Deputado Municipal Ricardo Robles, mas sublinhou que concordava que a deliberação da Assembleia fizesse referência aos PIPs.-----

---Disse considerar muito mais importante tudo o resto e, ainda, que não aceitava que se pensasse apenas na revisão nos pedidos de informação prévia apresentados pela Estamo, esquecendo-se outras questões tão importantes em matéria de espaços verdes e de cuidados de saúde.-----

---A **Presidente** afirmou que o poder de licenciamento das autarquias poderia traduzir-se num “poder de emissão de moeda”, exemplificando que um PIP favorável poderia significar emissão de moeda, porque valorizava o terreno correspondente, em benefício do seu proprietário.-----

---Referiu que, por um lado, não via problema em que se concedessem autorizações de construção aos particulares, mas que, por outro lado, considerava essencial que fossem dadas contrapartidas ao interesse público.-----

---O **Deputado Municipal Carlos Silva Santos** afirmou que para além de se dever ter em atenção que a Câmara poderia ter, efetivamente, um “poder de emitir moeda”, nunca se poderia esquecer que a saúde era um valor sem preço.-----

---Por último, a **Presidente** transmitiu algumas informações, designadamente que a reunião seguinte da Conferência de Representantes iria ter lugar no dia vinte e quatro de março, pelas dez horas, que iria ser lançado um concurso para colocação de um Mural alusivo ao 25 de Abril na fachada lateral do edifício do Fórum, e que iria comunicar aos relatores das várias sessões do Debate sobre a Colina de Santana que, caso pretendessem, poderiam entregar uma proposta escrita, a qual seria considerada aquando da realização do documento final.-----

--- **Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e que dela fazem parte integrante:-----

- Proposta de Lei apresentada pelo Governo à Assembleia da República relativamente às assembleias distritais (doc. n.º 1);-----
- Proposta n.º 4/AM/2014 (doc. n.º 2);-----
- Ofício subscrito pelo Vereador Carlos Manuel Castro sobre o Conselho Municipal de Segurança (doc. n.º 3);-----
- Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa (doc. n.º 4);-----
- Proposta de Debate Temático sobre Sistema de Transportes em Lisboa (doc. n.º 5);-----
- Projecto de Deliberação sobre a Colina de Santana apresentado pela Mesa em 10.3.2014 (doc. n.º 6).-----

---Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

A Presidente *Helena Costa*

A Segunda Secretária *Francisca Santos*

